



Município de Alcácer do Sal
Assembleia Municipal

MOÇÃO

Desassoreamento do Rio Sado. Para quando?

A narrativa do desassoreamento do Rio Sado para permitir uma melhor navegabilidade, independentemente da condição de maré, mas também, para melhorar o meio ambiente e a imagem turística de Alcácer do Sal, arrastasse há mais de duas décadas.

Identificamos do ponto de vista temporal, diversos momentos na discussão ou desenvolvimento deste tema:

No ano 2000 - Na reunião da Comissão de Economia, Finanças da VIII LEGISLATURA, 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, para a debate parlamentar das Grande Opções do Plano - Orçamento de estado de 2000, o Grupo parlamentar do PCP, apresenta projeto/proposta ao Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, para **Desassoreamento do Rio Sado** a incluir no PIDDAC.

Em 2004/2008/2010 - Através de diversas Propostas de Lei apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, na discussão dos Orçamentos do Estado, onde se propunham reforços de verbas nos Mapas do PIDDAC, para afetação a diversos projetos plurianuais situados na NUT II - Região Lisboa (Distrito de Setúbal), onde constava o

Desassoreamento do Rio Sado - Alcácer do Sal;

Em 2019 - Num manifesto apresentado pelo executivo da CDU - "**mais investimento da administração central no Concelho**". Neste manifesto, entre diversas medidas que o município exige ao Governo, consta o **Desassoreamento do Rio Sado**. O documento foi aprovado por unanimidade dos eleitos da CDU presentes na reunião de câmara, no dia 14 de novembro de 2019, já que os vereadores do PS abandonaram a sessão na hora da votação.

Em agosto de 2022 - Através de ofício enviado pelo presidente da Câmara de Alcácer do Sal, Vítor Proença, tendo alertado que "tem que haver investimento" do Governo, para a necessidade urgente do **Desassoreamento do Rio Sado** junto à cidade para melhorar o meio ambiente, a navegabilidade e a imagem turística.

Chegados a 2023 o que fazer? Os Deputados da CDU, subescrevem e reiteram que é urgente e necessário agir!

Manter o rio Sado assoreado é prosseguir com o agravamento dos impactos paisagísticos negativos. Não desassorear o rio Sado é abandonar um extraordinário recurso e renunciar o desenvolvimento dos territórios.

É necessária vontade política do governo PS que sempre faltou ao longo dos últimos anos.

É necessário que o PS de Alcácer do Sal, não coloque a "cabeça na areia" e alinhe com a estratégia de desenvolvimento que se pretende para este município, votando a favor esta moção, estará alinhado com o potencial de desenvolvimento que esta intervenção trará para o concelho e com a vontade da população.

É urgente que a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, entidade sob tutela do Ministério do Ambiente, avance com a decisão anunciada em agosto de 2022 pelo presidente do conselho diretivo da entidade e promova a avaliação e as consultas necessárias, com vista a enquadrar as tipologias

de intervenção a desenvolver no desassoreamento do Rio Sado, inclusive da avaliação da arqueologia subaquática, bem como a respetiva estimativa de custos financeiros, possíveis fontes de financiamento e a sua calendarização.

O desassoreamento do rio Sado numa perspetiva de visão integrada deste concelho, é, seguramente, uma mais-valia atendendo ao seu valor em domínios como o turismo, património, ambiente, acessibilidades, mobilidade e desenvolvimento económico sustentável, com efeito multiplicador na economia deste município.

Esta Moção será enviada ao Presidente da Assembleia da República, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, APA - Agência Portuguesa do Ambiente, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Comunicação Social

Alcácer do Sal, 28 de abril de 2023,
Os Deputados da CDU

Deliberação: Aprovada por maioria com 11 votos contra do PS